

# AUDIÊNCIA PÚBLICA - 1º QUADRIMESTRE 2021 (JANEIRO À ABRIL)

- ▶ **Manoel Afonso de Araújo**  
Prefeito Municipal
- ▶ **Maria Lecy Alves Dias**  
Secretária de Administração, Planejamento e Finanças
- ▶ **Erisvaldo de Queiroz Assis**  
Controlador Geral do Município





## **Obrigação Legal da Audiência Pública**

### **Transparência, Controle e Fiscaliza o**

- Art. 48  Lei Complementar n . 101/2000 – LRF

### **Gestão Orçamentária Participativa**

- Art. 44  Lei Federal 10.257/2001



# QUAL A BASE LEGAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA ?

- **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 101/00 (LRF)**
- **LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO**
- **PORTARIA STN Nº 407/11**
- **LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO**
- **LEI MUNICIPAL (PPA)**
- **LEI MUNICIPAL (LDO)**
- **LEI MUNICIPAL (LOA)**



## APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

1. Apresentação dos Resultados Fiscais
2. Comportamento da Receita
3. Comportamento da Despesa
4. Situação da Despesa de Pessoal
5. Gastos Constitucionais (**Educação**)
6. Gastos Constitucionais (**Saúde**)
7. Situação da Dívida Pública



## **QUAIS OS OBJETIVOS ESPECÍFICOS DA AUDIÊNCIA PÚBLICA?**

- **Demonstrar as receitas arrecadas no período;**
- **Apresentar as despesas realizadas;**
- **Apresentar o quadro geral das dívidas do município;**
- **Avaliar os índices legais de aplicação em saúde, educação e de despesas com pessoal; e**
- **Permitir a interação dos munícipes com a administração municipal.**



# Avaliação das metas fiscais



Relatório de Avaliação das Metas Fiscais em cumprimento ao estabelecido no § 4º do art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o qual determina que o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais do orçamento fiscal e de seguridade social ao final de cada quadrimestre.

# Avaliação das metas fiscais 1º Quadrimestre/2021



Os números são originários dos relatórios **Bimestrais e Quadrimestrais** publicados no Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Formosa do Rio Preto (<http://doem.org.br/ba/formosadoriopreto/diarios>);

Refletem o desempenho da receita, da despesa, do resultado primário e da dívida pública consolidada.



# Comportamento da Receita

A Receita Orçamentária total, que corresponde ao somatório das receitas correntes e de capital, e excluídas as deduções para o FUNDEB, foi prevista na Lei de Orçamento para o exercício de 2021.

Prevista	Receitas Realizadas	%
R\$146.000.000,00	R\$47.697.098,92	32,67





# Apresentação dos Resultados Fiscais Acumulado até abril de 2021

O Resultado Primário ( composição).

**1. Tributação:** Parcela relevante da política fiscal diz respeito à forma como o governo atua, junto à sociedade, para obter os recursos necessários para a cobertura dos gastos públicos.

**2. Transferências Constitucionais**

Base de Calculo: Receitas (as financeiras, operações de crédito e alienação de bens);

**e Despesas fiscais (juros, encargos e amortizações).**

▪ Receitas Realizadas	R\$ 47.697.098,92
▪ Despesas Liquidadas	R\$ 29.278.809,59
▪ Resultado Primário	R\$ 18.418.289,33

▪ Esse desempenho demonstra que as receitas fiscais foram suficientes para suportar integralmente as despesas fiscais no ano de 2021.

# Comportamento da Despesa



Considerando todas as fontes de recursos, a Despesa Total Liquidada, no período até Abril de 2021 ficou em:

**RECEITA TOTAL** **R\$ 47.697.098,92**

**DESPESA TOTAL** **R\$ 29.278.809,59**

**DEMONSTRANDO SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO NO VALOR TOTAL DE:**

**R\$ 18.418.289,33**



## AS PRINCIPAIS RECEITAS PRÓPRIAS DE JANEIRO A ABRIL DE 2021.

<b>IPTU</b>	<b>R\$ 97.628,89</b>
<b>ISS</b>	<b>R\$ 1.376.049,66</b>
<b>ITBI</b>	<b>R\$ 1.748.650,61</b>
<b>IRRF</b>	<b>R\$ 224.879,37</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.447.208,37</b>



## AS PRINCIPAIS RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS DE JANEIRO A ABRIL DE 2021

<b>FPM</b>	<b>R\$ 7.419.777,51</b>
<b>ICMS ESTADUAL</b>	<b>R\$ 24.516.051,70</b>
<b>ITR</b>	<b>R\$ 584.085,62</b>
<b>IPVA</b>	<b>R\$ 264.816,80</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 32.784.731,63</b>


**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DE DESPESAS DE  
JANEIRO A ABRIL DE 2021**

<b>Despesas Realizadas no Período</b>	
<b>Despesas Primárias Correntes</b>	<b>R\$ 28.615.478,97</b>
<b>Despesas de Capital</b>	<b>R\$ 642.715,28</b>
Investimentos	R\$ 99.896,72
Inversões Financeiras	R\$ 0,00
Amortização da Dívida	R\$ 542.844,56
<b>Total</b>	<b>R\$ 29.258.194,25</b>



# DESPESA POR FUNÇÃO DE JANEIRO A ABRIL 2021

<b>FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>	<b>R\$</b>
<b>LEGISLATIVA</b>	<b>2.190.507,02</b>
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	<b>2.266.308,24</b>
<b>ASSISTENCIA SOCIAL</b>	<b>945.407,49</b>
<b>SAÚDE</b>	<b>7.681.804,89</b>
<b>EDUCAÇÃO</b>	<b>11.086.512,02</b>

**CONTINUAÇÃO**

<b>CULTURA</b>	<b>368.786,88</b>
<b>URBANISMO</b>	<b>1.582.772,80</b>
<b>HABITAÇÃO</b>	<b>0,00</b>
<b>SANEAMENTO</b>	<b>0,00</b>
<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>	<b>180.482,88</b>
<b>AGRICULTURA</b>	<b>621.235,54</b>
<b>INDÚSTRIA</b>	<b>66.365,10</b>
<b>ENERGIA</b>	<b>23.967,90</b>

CONTINUAÇÃO



<b>TRANSPORTE</b>	<b>612.250,91</b>
<b>DESPORTO E LAZER</b>	<b>0,00</b>
<b>ENCARGOS ESPECIAIS</b>	<b>1.652.407,92</b>
<b>TOTAL</b>	<b>29.278.809,59</b>



# Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE



As despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no acumulado do ano de 2021, totalizaram **R\$ 7.175.154,69** o que corresponde a **16,05%** da Receita Corrente Líquida (Impostos e Transferências).

Nesse caso, os gastos com educação ficaram abaixo do limite de **25%** estabelecido pela Constituição Federal, devido a redução do custos operacionais por paralização das escolas no período de quarentena para enfrentamento do COVID-19.

# DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO - MDE

## 1º QUADRIMESTRE DE 2021

<b>Exigência Legal: Art. 212 da Constituição Federal.</b>	
<b>Receita de Recursos Próprios e Transferências</b>	<b>R\$ 44.691.207,27</b>
<b>Total da Despesa com Educação (Receitas Próprias e Transferências)</b>	
	<b>R\$ 7.175.154,60</b>
<b>Valor Mínimo a ser Aplicado 25%:</b>	<b>R\$ 11.172.801,82</b>
<b>Percentual Efetivamente Aplicado</b>	<b>16,05%</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>R\$ 3.997.647,13</b>



# Despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.



Em cumprimento a Emenda Constitucional nº 108/2020 de 26 de agosto de 2020, que obriga a aplicação de uma parcela não inferior a **70%** dos recursos do **FUNDEB** na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica.

O Município aplicou **R\$ 6.448.400,79**, ou seja, **87,55%** dos recursos recebidos do FUNDEB, na Remuneração dos Profissionais do Magistério atendendo ao dispositivo legal .

# DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO DO FUNDEB

## 1º QUADRIMESTRE DE 2021

Exigência Legal: Lei nº 14.113 de 25 de dezembro de 2020.

<b>Transferência do FUNDEB</b>	<b>R\$ 7.365.086,20</b>
<b>Valor Mínimo a ser Aplicado na Remuneração dos professores 70%</b>	<b>R\$ 5.155.560,34</b>
<b>Valor Efetivamente Aplicado</b>	<b>R\$ 6.448.400,79</b>
<b>Percentual sobre a Receita Total do FUNDEB</b>	<b>87,55%</b>
<b>SUPERÁVIT</b>	<b>R\$ 1.292.840,45</b>

# Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde



Os gastos com saúde atingiram o montante de **R\$ 6.264.771,20** o que corresponde a **14,02%** sobre a Receita Corrente Líquida (Impostos e Transferências).

Observa-se, portanto, o não cumprimento do limite mínimo de **15%** estabelecido na LC n° 141/2012.

# DEMONSTRATIVO DE APLICAÇÃO COM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NO 1º QUADRIMESTRE DE 2021

Exigência Legal: Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012.

<b>Base de Cálculo</b>	<b>R\$ 44.691.207,27</b>
<b>Total da Despesa com Saúde (Recursos Próprios )</b>	<b>R\$ 6.264.771,20</b>
<b>Valor Mínimo a ser Aplicado 15%</b>	<b>R\$ 6.703.681,09</b>
<b>Percentual Efetivamente Aplicado</b>	<b>14,02%</b>
<b>DÉFICIT</b>	<b>R\$ 438.909,89</b>

# Despesa de Pessoal e Limites da LRF



A Despesa de Pessoal Total, calculada conforme metodologia adotada pelo Tribunal de Contas dos Municípios item mais significativo no conjunto das despesas fiscais, em relação à Receita Corrente Líquida dos 12 últimos meses (Janeiro a abril 2021), conforme estabelece a Lei de Responsabilidade Fiscal.

DESPESA DE PESSOAL **R\$ 68.399.391,67** (RCL R\$ 146.223.146,85 )

Limite de comprometimento de **46,78%**, portanto, a baixo do Limite Prudencial que é de **51.30%**.



## DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL NOS ÚLTIMOS 12 MESES

<b>Exigência/limitação legal: Arts. 18 a 22 da Lei Complementar nº 101/00 - LRF</b>	
<b>Receita Corrente Líquida</b>	<b>R\$ 146.223.146,85</b>
<b>Limite Legal: (54% sobre RCL)</b>	<b>R\$ 78.960.499,30</b>
<b>Limite Prudencial (51,30% sobre a RCL)</b>	<b>R\$ 75.012.474,33</b>
<b>Despesa Total com Pessoal</b>	<b>R\$ 68.399.391,67</b>
<b>Percentual Efetivamente Aplicado</b>	<b>46,78%</b>

# Divida Pública Consolidada



A Dívida Consolidada ao final do quadrimestre de:  
**(R\$ 22.101.465,20)** conforme relatório 02 RGF.

**Apresentando a quitação das responsabilidades existentes, demonstrando que o Município atendeu as determinações da Resolução nº 40 do Senado Federal**, a qual disciplina que a Dívida Consolidada Líquida não poderá exceder a 120% (cento e vinte por cento) da Receita Corrente Líquida, (RCL R\$ 146.223.146,85 )

# DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA E RESULTADO NOMINAL DO 1º QUADRIMESTRE DE 2021

LRF. ART 53, INCISO III - ANEXO VI (PORTARIA STN N° 633)	31 DE DEZEMBRO 2020 (A)	30 DE ABRIL 2021(B)
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA (I)</b>	<b>22.644.309,76</b>	<b>22.101.465,20</b>
Previdenciárias	20.159.829,06	19.814.814,39
Demais Contribuições Sociais (Pis Pasep)	569.026,19	569.026,19
Demais Dívidas Contratuais	1.721.159,19	1.532.015,70
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	152.656,10	152.656,10
Outras Dívidas	41.639,22	32.952,82
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>8.855.016,33</b>	<b>28.257.008,14</b>
Disponibilidade Caixa Bruta	11.123.707,59	29.577.436,52
Haveres Financeiros	0,00	0,00
(-) Restos A Pagar Processados	2.268.691,26	1.320.428,38
<b>DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (II) = (I-II)</b>	<b>13.789.244,81</b>	<b>-6.155.542,94</b>



# Comentário Final

Os resultados apresentados permitem concluir que a metas fixadas no período para o Resultado Primário foi correspondida, porém há as seguintes ressalvas:

Os gastos com Educação não atingiram ao mínimo obrigatório de 25%;

Os gastos com Saúde não atingiram ao mínimo obrigatório de 15%;

Porém os demonstrativos da dívida consolidada demonstra a disponibilidade caixa necessária para solucionar os índices nos meses subsequentes, o que requer atenção especial.

Dívida Consolidada dentro dos índices permitidos.

As Despesas com Pessoal foram atendidas nos limites estabelecidos;

Estão dentro das normas legais. Demonstrado, assim, o cumprimento das metas fiscais estabelecidas, porém com atenção dos índices de educação e saúde à serem cumpridos, bem como ao atendimento dos requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Formosa do Rio Preto - BA, 25 de Outubro de 2021.



# OBRIGADO!

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO

ERISVALDO DE QUEIROZ ASSIS

Contato: [controladoriageral@formosadoriopreto.ba.gov.br](mailto:controladoriageral@formosadoriopreto.ba.gov.br)

## Apresentação:

Maglon Ribeiro